

**REDAÇÃO NAS
PROVAS DA FGV**

CADERNO DE ATIVIDADES

REDAÇÃO NAS PROVAS DA FGV
Autoria: Professor Fernando Moura
Proibida a reprodução deste material sem a autorização do autor.

A dissertação argumentativa é a mais comum nas provas da FGV. Por meio dela, o candidato deverá apresentar **posicionamento ideológico** a respeito de tema apresentado pela banca examinadora. A tarefa do redator é convencer o leitor, persuadi-lo a concordar com a ideia ou ponto de vista exposto. Isso se faz por meio de várias maneiras de argumentação: provas, opiniões relevantes, exemplos, dados, estatísticas, argumentos de autoridades, relações de causa e consequência, analogias e outras. Lembre-se de que você só escreverá bem a respeito daquilo que, efetivamente, conhecer. Por isso, a leitura diária é fundamental.

Analisemos, agora, o edital do TJDFT.

Técnico

A redação deverá ser redigida em gênero **dissertativo-argumentativo**, com número mínimo de **15 (quinze) e máximo de 20 (vinte) linhas**. A redação será corrigida segundo os critérios a seguir:

PARTE 1 – ESTRUTURA TEXTUAL GLOBAL

(A) ABORDAGEM DO TEMA (12 pontos) - Considera a capacidade de o candidato selecionar argumentos convenientes ou aspectos mais importantes, dentro do perfil esperado.

(B) PROGRESSÃO TEXTUAL (12 pontos) - Considera a capacidade de o candidato mostrar coesão e coerência entre os parágrafos componentes do texto por ele redigido, assim como a distribuição do tema e uma evolução adequada de suas partes.
PONTUAÇÃO MÁXIMA – PARTE 1 - 24 pontos.

PARTE 2 – CORREÇÃO GRAMATICAL

A correção gramatical será considerada sob o aspecto da melhor expressão escrita do ponto de vista comunicativo, ou seja, de sua adequação à situação comunicativa.

(A) SELEÇÃO VOCABULAR (2 pontos/ -0,2 ponto por erro) - Considera problemas de inadequação vocabular, troca entre parônimos, emprego de palavras gerais por específicas, emprego de vocábulos de variação linguística inadequada, marcas de oralidade.

(B) NORMA CULTA (4 pontos/ -0,4 ponto por erro) - Considera problemas gerais de construção frasal, do ponto de vista comunicativo.

PONTUAÇÃO MÁXIMA – PARTE 2 - 6 pontos.

Analista

A Prova Escrita Discursiva para os cargos de Analista Judiciário (todas as áreas e todas as Poder Judiciário da União Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios constará de **2 (duas) questões discursivas relativas aos Conhecimentos Específicos**.

Para os cargos de Analista Judiciário (todas as áreas e todas as especialidades), a Prova Escrita Discursiva valerá 30 (trinta) pontos.

ASPECTOS AVALIADOS:

1. APRESENTAÇÃO E ESTRUTURA TEXTUAIS

Muitos candidatos, em diversos certames, foram apenados em relação ao primeiro tópico da ficha de avaliação. Você será, inicialmente, avaliado em relação a dois aspectos importantes:

- Legibilidade;
- Respeito às margens e indicação dos parágrafos.

Observe, também, se você apresentou texto com estrutura completa: introdução, desenvolvimento e fechamento.

Lembre-se, ainda, dos seguintes aspectos:

- Legibilidade e erro

*Escreva sempre com letra **legível**. Prefira a letra cursiva. Você poderá usar até mesmo a **letra de imprensa**, desde que distinga bem as iniciais minúsculas e maiúsculas. No caso de erro, risque, com um traço simples, o trecho ou o sinal gráfico e escreva o respectivo substitutivo. Atenção: parênteses não podem ser usados para tal finalidade.*

- Indicação dos parágrafos gráficos:

*Para dar início aos parágrafos, o espaço de mais ou menos **um** centímetro é suficiente.*

- Respeito às margens

*Observe as margens esquerda e direita na folha para o texto definitivo. Não crie outras. Não deixe “buracos” no texto. No que diz respeito à **translineação** (divisão de palavras no final de uma linha e começo de outra), obedeça normalmente às regras de divisão silábica, tomando, porém, os seguintes cuidados:*

Evite escrever uma letra isolada no início ou fim de uma linha.

Evite separar as sílabas de nomes próprios personativos.

Evite deixar em uma das linhas uma parte da palavra que possa ser lida como baixo calão. Ex.: dis-puta, cu-rumim, mori-bunda.

- Limite máximo de linhas

*Além de escrever o seu texto em local devido (folha definitiva), respeite o limite máximo de linhas destinadas a cada parte da prova, conforme orientação da banca elaboradora. Observe as normas estabelecidas no edital do seu concurso. As linhas que ultrapassarem o limite máximo serão desconsideradas **ou** qualquer texto que ultrapassar a extensão máxima será totalmente desconsiderado. E você não pode ficar fora dessa!*

- Eliminação do candidato

Seu texto poderá ser desconsiderado nas seguintes situações:

- Ausência do texto. Às vezes, o candidato escreve o seu texto em lugar errado. Procure sempre a FOLHA PARA O TEXTO DEFINITIVO.

- *Fuga total ao tema. Analise cuidadosamente a proposta apresentada. Estruture o seu texto em conformidade com as orientações explicitadas no caderno da prova discursiva. Nesse sentido, ainda, leia os aspectos teóricos apresentados neste capítulo e procure exercitar, observando a planilha de avaliação do conteúdo e da forma.*
- *Registros indevidos.* Anotações do tipo “fim”, “the end”, “O Senhor é meu Pastor, nada me faltará” ou recados ao examinador, rubricas e desenhos não são adequados.

Quanto à **estrutura**, o texto produzido deverá ser completo: introdução, desenvolvimento e fechamento.

Na **introdução**, delimite o tema. Inicialmente, apresente uma afirmativa suficientemente definida e limitada, sem nenhum argumento, prova ou razão. Depois, faça um breve comentário do tema, que servirá de apoio para a sua argumentação.

No **desenvolvimento**, siga o roteiro apresentado pela banca, dê consistência aos seus argumentos e observe o princípio da sequência lógica do pensamento e da progressividade textual. Na formulação dos argumentos, explicita fatos, exemplos, ilustrações, dados estatísticos, dados legais, comparações adequadas e elucidativas, alusões históricas pertinentes. Lembre-se de partir das provas mais frágeis para as mais fortes, mais irrefutáveis. Frise, em cada argumento, os pontos principais de sua tese. Preveja as possíveis objeções do opositor ou leitor e refute-as a seu tempo.

No **fechamento**, reforce o pressuposto orientador do seu texto.

2. DESENVOLVIMENTO DO TEMA

As bancas examinadoras, em virtude do critério da isonomia, procuram dar a todos os candidatos orientações suficientes para o desenvolvimento do tema. Sempre partirão de um roteiro ou da análise de uma situação hipotética ou mesmo de textos de apoio.

A seguir, analisaremos propostas e textos.

→ TIPOS DE INTRODUÇÃO

Como começar o texto? A dificuldade de muitos candidatos é elaborar o primeiro parágrafo da prova discursiva, a **introdução**. Não existem regras rígidas, mas algumas orientações são fundamentais. O importante é que na introdução haja a tese a ser defendida.

- a) Introdução básica ou simples:** consiste na apresentação sucinta da tese a ser defendida.

PROPOSTA 1

Grande parte dos textos da prova objetiva trata da aproximação entre ciência e arte ao longo da história, como evidenciam a história da cartografia e, em especial, as produções de Leonardo da Vinci. Seguindo essa perspectiva, redija um texto dissertativo sobre a **relação entre ciência e arte**.

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- avanço da ciência e mudança na produção de obras de arte;
- novas tecnologias e democratização do acesso à arte;
- mudanças no conceito de arte.

Exemplo de introdução básica ou simples (dissertação argumentativa)

A história da arte evidencia que houve momentos em que a necessidade do novo — o esgotamento do atual — conduziu a uma mudança capaz de determinar a ruptura com a tendência em voga. Para isso, concorreram fatores diversos, entre eles o progresso da ciência em múltiplas áreas: indústria, tecnologia, sociologia, psicologia, cartografia, literatura e outras.

b) Introdução roteiro ou plano de desenvolvimento: além da apresentação da tese ou do pressuposto orientador, enumeram-se os argumentos ou as bases expositivas que constituirão o desenvolvimento da prova discursiva. Nesse tipo de introdução, é necessário respeitar os argumentos ou as bases expositivas enumeradas e tratar de cada um deles no desenvolvimento. Lembre-se de observar o critério da progressividade textual. Se enumerar dois argumentos ou bases expositivas, o desenvolvimento terá, pelo menos, dois parágrafos. Se enumerar três, o desenvolvimento terá três parágrafos. Fazemos a análise das seguintes propostas.

PROPOSTA 2

Desenvolva um texto dissertativo-argumentativo acerca do seguinte tema:

Doação de órgãos: obrigação ou solidariedade?

Em seu texto, trate, necessariamente, de aspectos relacionados à ética médica, à sociedade e à cultura brasileira nesse contexto.

A lei dos transplantes é boa em seu conjunto, mas erra ao estabelecer a doação presumida ou compulsória. Erra em relação à ética médica e à sociedade, além de atentar contra a cultura brasileira, alicerçada na solidariedade humana.

Obrigar o médico a retirar órgãos sem consentimento da família é desumano. A medicina tem como pilar principal a forte relação médico-paciente, que se estabelece entre parceiros, não entre adversários. É eticamente indefensável romper essa relação e usar como artifício o artigo de uma lei impositiva, seja ela qual for. Secularmente, a cultura médica impede que o médico realize qualquer procedimento sem o consentimento do próprio paciente ou de seus familiares. O Código de Ética Médica, além de garantir a relação de confiança entre paciente e médico, dá a este, no artigo 28, o direito de não executar ato que seja contrário aos ditames de sua consciência. Nenhuma lei pode subverter esse padrão ético. Existe o exemplo da França, onde há lei semelhante à brasileira, mas onde, até hoje, nenhuma equipe de transplantes retirou qualquer órgão sem a expressa aquiescência prévia do doador ou de sua família.

Não se pode falar, em defesa da lei, que faltam órgãos para transplantes. O que há é a falta de condições de conservação, de transporte, de centrais de transplantes ágeis, além de clara falta de confiança da população na política governamental de saúde. Os sucessivos governos que se estabeleceram após a Constituinte de 1988 têm demonstrado pouca preocupação até mesmo com as pessoas vivas. A prova disso é que, ano após ano, o orçamento para a saúde diminui, apesar das disposições constitucionais em contrário. Para que o panorama se modifique e haja número maior de doadores espontâneos, é necessário que o governo demonstre em atos que é merecedor da confiança dos cidadãos, em relação às questões de saúde.

Por fim, doação presumida acaba com o direito do cidadão de exercer solidariedade com consciência. Vai de encontro ao desejo social de o cidadão afirmar espontaneamente que é doador, que é solidário. Melhor fará o legislador se colocar na lei que, nas carteiras de identidade, ou de motorista, o cidadão expresse seu desejo de ser doador, não de não o ser. Isso facilitará o trabalho das equipes de transplantes, que agirão em consonância com a ética, e dará a todos o direito de exercer sua solidariedade expressamente.

c) Introdução básica parafraseada: quando o tema da prova é uma afirmação, o candidato pode utilizar-se da paráfrase (reescreve-se o tema com outras palavras e mantém-se o sentido original) .

PROPOSTA 3

(CESPE) Redija um texto expositivo-argumentativo sobre o tema a seguir.

JOVENS DE HOJE: APRENDIZES DA PALAVRA E DO SILÊNCIO

Ao elaborar o seu texto, explicita como a juventude atual lida com a palavra e com o silêncio na construção de seus valores e de sua identidade.

Exemplo de introdução básica parafraseada:

Diante dos fatos, nem sempre satisfatórios, a juventude atual precisa saber lidar com a palavra e com o silêncio no processo de elaboração de seus princípios e de sua identidade. As palavras devem evidenciar a luta por vida digna, contudo elas, muitas vezes, emudecem diante do terror, da barbárie, dos fatos brutais. No violento contexto de vidas tão precocemente eliminadas, parecem sobrar ou faltar.

d) Introdução básica definidora: nesse caso, a apresentação do ponto de vista ou do pressuposto orientador dá-se por meio da definição de um vocábulo, geralmente a palavra-chave do tema a ser tratado.

PROPOSTA 4

Os textos motivadores — de épocas e gêneros distintos — apresentam diferenças significativas no que se refere a elementos estruturais, mas mantêm certas semelhanças, que podem ser atribuídas aos elementos temáticos — denúncia, delação, traição —, que, inter-relacionados, remetem a uma trama, com características recorrentes no que se refere a comportamentos humanos envolvidos na delação, na traição. As ações intentadas trazem, de um lado, frustração, infortúnios, castigos e, de outro, vantagens, benefícios ou, mesmo, prêmios.

Com base nos textos motivadores, redija um texto expositivo-argumentativo a respeito das relações e dos comportamentos envolvidos na **delação premiada**. Em seu texto, explicita objetivamente sua opinião, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- conceito de delação premiada;
- sistema que caracteriza as trocas: o “toma lá dá cá” e suas consequências;
- valores éticos envolvidos no acordo de delação premiada.

Exemplo de introdução básica definidora:

Na legislação brasileira, delação premiada é o benefício legal concedido a criminoso delator que aceite colaborar com a investigação ou entregar seus companheiros. Significa uma espécie de "troca de favores" entre o juiz e o réu. Caso o acusado forneça informações importantes sobre outros criminosos de uma quadrilha ou dados que ajudem a solucionar um crime, o juiz poderá reduzir a pena do réu quando este for julgado.

→ FORMAS DE DESENVOLVIMENTO

a) **Desenvolvimento por explicação ou fundamentação:** nessa modalidade de desenvolvimento, a mais adotada pelos candidatos, explicitam-se, em cada parágrafo, explicações ou fundamentações para os tópicos evidenciados na proposta de redação. O objetivo é sempre confirmar a tese na introdução. Nesse sentido, você será avaliado em relação à consistência argumentativa ou expositiva. Claro que o examinador levará em conta a sua capacidade de improvisação, já que você não dispõe de material para consulta. Só dará consistência às ideias aquele que, efetivamente, dominar o assunto.

b) **Desenvolvimento por causas e efeitos:** nessa modalidade, expõem-se as causas e os efeitos da questão tratada. Pode-se encadear as causas e as consequências no mesmo parágrafo ou as causas em um parágrafo e as consequências em outro.

c) **Desenvolvimento por fundamentação histórica:** os conhecimentos de história poderão ajudá-lo. A relação passado, presente e futuro pode fundamentar bem as suas ideias.

e) **Desenvolvimento por argumentos de autoridade:** citam-se certas fontes e especialistas que dispõem de dados fidedignos de que nós não dispomos.

f) **Desenvolvimento por exemplificação:** as premissas consistem num conjunto de exemplos que visam a sustentar o desenvolvimento do argumento.

g) **Desenvolvimento por analogia:** as premissas estabelecem uma relação de semelhança entre duas coisas. Afirma-se que uma vez que num certo caso X se defende que Y então no caso Z se deve defender também Y porque X é semelhante a Z.

→ FORMAS DE FECHAMENTO

a) **Fechamento-reforço/síntese:** trata-se do tipo elementar de fechamento. Reforça o ponto de vista apresentado na introdução (dissertação argumentativa) ou sintetizam-se bases expositivas (dissertação expositiva).

b) **Fechamento-intervenção:** nessa modalidade, apresentam-se propostas para solucionar ou pelo menos atenuar a questão tratada. Esse tipo de fechamento é muito comum em relatórios e pareceres. Pode-se, também, elaborar o fechamento-reforço com proposta.

c) **Fechamento-expansão:** nessa modalidade, apresenta-se o melhor argumento ou a melhor base expositiva, estabelece-se conexão com o desenvolvimento e promove-se o esgotamento da discussão.

Caro (a) aluno (a), mostre que o seu texto é um **todo coesivo** e dê consistência ao que a banca examinadora solicitar. Use, entre os períodos e parágrafos, elementos de conexão.

OPERADORES/ARTICULADORES DE SEQUENCIAÇÃO

Define-se ... como ...

O caso em análise ...

Preliminarmente, destaque-se que...

A princípio, ...

Trata-se de ...

Ressalte-se

Por isso, ...

Exemplo dessa realidade é...

Citam-se, como exemplos, ...

Constata-se, enfim,

Por derradeiro, ...

Nesse contexto, ...

Por fim,

Para ratificar esse posicionamento,

Ademais,

A par desses argumentos, ...

Além disso, ...

Outro aspecto...

Com relação a

Nesse sentido, ...

O sociólogo ... defende que ...

Fica evidente, assim, ...

De início, ...

Quanto ao....

Dessa forma, ...

No que concerne a ...

No tocante a...

Acrescente-se que ...

Posto isso,

Em face dos argumentos apresentados, conclui-se que...
Em razão do exposto,
Diante das razões expendidas,
Ante a análise do caso, constata-se...

TEMAS PARA REDAÇÃO

PROPOSTA 1 (FGV)

TEXTO I

Conforme aponta o Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), 90% dos acidentes de trânsito são causados por falha humana, ou seja, ocorrem muito mais em razão do fator humano do que das condições viárias, do estado dos veículos automotores ou de fatores externos. Temos, em nosso país, desde 2001, uma média de 40 mil mortes por ano decorrentes de acidentes de trânsito, sem mencionar os acidentes que, embora não fatais, causaram invalidez temporária ou permanente. Convivemos com indicadores de cerca de 21 mortes no trânsito por 100 mil habitantes, taxa muito maior do que a média europeia de 10 fatalidades a cada 100 mil habitantes. Há um componente cultural que não se transforma facilmente com a imposição de regras e tampouco com ações educativas sem planejamento: o comportamento humano. Percebe-se que, no caótico trânsito das grandes cidades brasileiras, haverá a procura por uma forma de esquivar-se do cumprimento de suas obrigações legais e de eximir-se da responsabilidade diante desse comportamento negativo.

TEIXEIRA, Daniela C. D. O comportamento do brasileiro no trânsito e seu impacto para um trânsito menos seguro no Brasil. <https://bibliotecadigital.fgv.br>, 2016. Adaptado.

TEXTO II

Segundo o especialista Pere Navarro, diretor-geral de tráfego da Espanha, um dos maiores desafios para reduzir os acidentes é mudar o comportamento humano ao volante – e essa é uma missão de todos. Para José Aurélio Ramalho, diretor-presidente do Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), é preciso agir sobre as razões que fazem pessoas gentis na vida cotidiana se tornarem agressivas e violentas quando assumem a direção. “O mesmo indivíduo que segura a porta do elevador para seu vizinho entrar não dá passagem para outro veículo na rua. Há uma transformação quando a pessoa entra no carro”, aponta.

O desafio de mudar o comportamento dos motoristas. <http://patrocinados.estadao.com.br>, 02/10/2018. Adaptado.

Como apontado nos textos, é alto o número de brasileiros motorizados que são diariamente vitimados nas ruas das cidades e nas rodovias. Como reflexo disso, o país ocupa as primeiras posições mundiais em número de mortes no trânsito. Valendo-se da norma-padrão da língua portuguesa, elabore um texto dissertativo-argumentativo **sobre o comportamento imprudente do brasileiro no trânsito e as formas de resolver esse problema.**

PROPOSTA 2 - *Historicamente, instruir os que não sabem, alimentar os famintos e cuidar dos doentes têm sido algumas das missões diárias indicadas aos devotos de diferentes religiões. Em tempos modernos, a essas missões foi acrescentado um novo item: zelar pelo meio ambiente, como revela, por exemplo, uma mensagem escrita pelo*

Papa Francisco, exortando as sociedades, independentemente de suas crenças, a tomar medidas urgentes para frear as mudanças climáticas. Para o representante máximo do catolicismo, “o cuidado da casa comum requer simples gestos cotidianos, pelos quais quebramos a lógica da violência, da exploração, do egoísmo, e manifestamos o amor em todas as ações que procuram construir um mundo melhor”.

O Globo (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

**PRESERVAÇÃO DO ECOSISTEMA:
RESPONSABILIDADE DO ESTADO, DA SOCIEDADE E DE CADA CIDADÃO.**

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- relação entre os cuidados com o meio ambiente e a preservação das condições sanitárias;
- atitudes individuais que podem reduzir os efeitos da ação humana sobre o planeta;
- formas de atuação da sociedade para que os governos cumpram compromissos relacionados à preservação ambiental.

PROPOSTA 3 - Redija um texto dissertativo acerca da **desigualdade brasileira** em suas múltiplas dimensões, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- desigualdade econômica, desigualdade social e discriminação;
- raízes da desigualdade no Brasil;
- mecanismos de reprodução e legitimação da desigualdade;
- papel do Estado e das políticas públicas para a redução da desigualdade e o reconhecimento da diferença.

PROPOSTA 4 (FGV) - *Cabe, portanto, ao administrador, assumir o papel de estrategista, planejador e tomador de decisões, seja como pivô das decisões ou como alimentador do processo decisório, em organizações públicas ou privadas, bem como se relacionar o máximo possível com as demais profissões a fim de conseguir aumentar seu arquivo de informações, auxiliar as demais profissões e, sobretudo, ser humilde em aceitar que não é o detentor da verdade e das soluções corretas, mas que ele é necessário às outras profissões, assim como as demais são necessárias à Administração.*

Essas são palavras de um administrador; seu tema central é o da multidisciplinaridade, enfatizando a necessidade de um sistema aberto, em que a relação com as demais profissões se torne muito importante.

Redija um texto de no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em linguagem culta, em que você expresse suas opiniões a respeito desse tema.

PROPOSTA 5 (FGV) - Um artigo da revista Contabilidade & Finanças diz o seguinte: É indispensável efetuar uma reflexão sobre os atuais desafios encontrados pelos profissionais da contabilidade do Brasil para evidenciar uma Demonstração Contábil que retrate a realidade das empresas e apresentar uma proposta para ampliar a capacidade informativa das Demonstrações Contábeis. No mundo atual faz-se necessário que a informação Contábil possua qualidade e credibilidade. Entretanto, a crescente complexidade das atividades empresariais e determinadas restrições

tributárias nos fazem deparar com críticas fundamentadas quanto à necessidade de seu aprimoramento. Paralela à análise das dificuldades existentes, é colocada a extrema dificuldade de mudanças substanciais na atual normatização contábil.

Você está de acordo que há uma necessidade imperiosa de mudanças substanciais na atual normatização contábil? Que mudanças seriam essas, segundo a sua visão do problema?

Redija um texto de no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em linguagem culta, em que você expresse sua posição e seus argumentos em defesa de seus pontos de vista.

PROPOSTA 6 (FGV) - Já que a tecnologia da informação pretende permitir a produção, armazenamento, transmissão, acesso, segurança e o uso das informações, seu espaço de trabalho parece demasiadamente amplo. Que medidas podem ser operacionalmente tomadas para que o profissional da área possa realizar um trabalho adequado?

Com base no questionamento, redija um texto dissertativo em que você exponha suas sugestões para mais eficiência no setor.

Seu texto deve ter no mínimo 20 e no máximo 30 linhas e ser redigido em língua culta e apresentar argumentos bem fundamentados.

PROPOSTA 7 (FGV) - Você deve produzir um texto dissertativo-argumentativo, sobre o tema abaixo, em língua portuguesa culta, com no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas.

O economista e escritor Eduardo Giannetti acaba de lançar um livro de pequenos textos entre os quais está “O Paradoxo do brasileiro”. Este artigo destacamos o seguinte trecho: “O paradoxo do brasileiro é o seguinte: Cada um de nós isoladamente tem o sentimento e a crença sincera de estar acima de tudo isso que aí está. Ninguém aceita, ninguém aguenta mais: nenhum de nós pactua com o mar de lama, o deboche e a vergonha da nossa vida pública e comunitária. O problema é que, ao mesmo tempo, o resultado final de todos nós juntos é precisamente tudo isso que aí está! A autoimagem de cada uma das partes – a ideia que cada brasileiro gosta de nutrir de si mesmo – não bate com a realidade do todo melancólico e exasperador chamado Brasil”.

O que fazer para acabar com essa impossibilidade lógica em que se chocam o protesto generalizado de todos e aquilo que somos em nossa vida coletiva?

PROPOSTA 8 (FGV) - Você deve produzir um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema abaixo, em língua portuguesa culta, com no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem seus membros indicados pelo Presidente da República; assim o ex-presidente Lula indicou Joaquim Barbosa para o cargo – o primeiro negro a ocupar esse posto; o presidente atual indicou um evangélico para o Tribunal.

Na sua opinião, quais devem ser os atributos necessários a uma pessoa para que ela se torne membro do STF?

PROPOSTA 9 (FGV)

TEXTO I

As redes sociais demoraram muito para tomar uma decisão em relação a Trump e, quando tomaram, erraram a mão. O que acabaram fazendo foi chamar a atenção para o poder descomunal que está concentrado em meia dúzia de empresas. Tinham outra saída? Objetivamente, não: a democracia dos Estados Unidos estava sob ameaça. Mas a sua ação trouxe à luz, de maneira espetacular, o debate que, há tempos, elas tentam evitar – afinal, qual é o grau de responsabilidade que têm em relação ao que é postado em suas páginas? Ninguém ainda descobriu a resposta exata para essa pergunta. As redes sociais são um fenômeno recente, e estão se desenvolvendo de forma complexa demais para caber em moldes conceituais e legais antigos. Elas não podem ser responsabilizadas por tudo o que publicam, mas também não podem ser irresponsáveis socialmente no grau em que têm sido. Onde traçar a linha?

RÓNAI, Cora. O Globo, 14/01/2021.

TEXTO II

A responsabilidade civil das redes sociais

As redes sociais devem ser responsabilizadas nos casos que envolvam disponibilização de material ofensivo publicado por usuário nesses provedores de conteúdo? Com o advento da Internet, surgem também novos problemas jurídicos a serem solucionados. Um deles é a questão da responsabilização civil dos provedores de conteúdo em face de publicações ofensivas de seus usuários. Em razão de nos encontrarmos na denominada “era digital”, tem sido cada vez mais corriqueira a prática de atos ilícitos nas redes sociais por meio do uso dos serviços de internet, já que a internet permite uma faceta imaginária de “anonimato”. Entretanto, qual seria o papel dos provedores de conteúdo quando isso envolve o mau uso das funcionalidades de seu ambiente?

jus.com.br (Adaptado)

Os dois fragmentos abordam a questão do poder das redes sociais e dão o caminho para a discussão que propomos como tema para a redação:

Qual é o grau de responsabilidade das redes sociais em relação ao que é postado em suas páginas?

Sem transcrever partes desses textos, mas com a possibilidade de empregar ideias neles contidas, redija um texto argumentativo, com aproximadamente 30 linhas, em linguagem culta. Exponha e defenda sua opinião, com argumentos cabíveis e convincentes.

EXEMPLO DE PADRÃO DE RESPOSTA

Segundo a Constituição Federal da República Brasileira (CRFB) e o Código Civil (CC), a responsabilidade civil consiste no dever de reparar o dano por todo aquele que violar dever jurídico por meio de ato ilícito. Atualmente, essa responsabilidade é aplicável às redes sociais e aos usuários delas.

As redes sociais transformaram o relacionamento entre as pessoas, com significativa diversidade de informações instantâneas e, ao mesmo tempo, muitos problemas. Dessa forma, cabe ao Direito a tarefa de proteger a sociedade daqueles que as utilizam para causar prejuízo a terceiros, com postagens de conteúdo injurioso, difamatório, calunioso ou inverídico, capazes de causar grave lesão aos direitos do indivíduo, previstos no art. 5º da CRFB.

De acordo com ordenamento jurídico, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Nesse contexto, em caso de atos ilícitos praticados nas redes sociais, o causador do dano ou os seus responsáveis legais serão chamados a reparar o dano moral e o material, o que poderá corresponder, até mesmo, ao custeio de tratamento psicológico ao ofendido.

Posto isso, o papel dos provedores de conteúdo e da Justiça é conscientizar os usuários dos limites da liberdade de expressão, do direito da personalidade e da imagem e do direito à informação. Isso porque a jurisprudência entende que também as redes sociais respondem objetivamente pelos danos causados por seus usuários aos demais clientes do serviço. Essa decisão encontra fundamento na teoria do risco, segundo a qual aquele que exerce atividade capaz de ensejar dano que dela provenha deve responder por eles, independentemente de culpa, nos termos do art. 927 do Código Civil/2002.

PROPOSTA 10 - Redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

A RESPONSABILIDADE PENAL NO BRASIL

Em seu texto, **posicione-se**, de forma clara e fundamentada, a respeito da redução da maioria penal (introdução) e discuta os seguintes aspectos:

- 1 - proteção da criança e do adolescente pelo Estado (desenvolvimento 1);
- 2 - redução/aumento da violência e tratamento dos adolescentes em conflito com a lei como adultos (desenvolvimento 2) ;
- 3 - papel do poder público na elaboração de políticas sociais com potencial de reduzir o envolvimento de adolescentes com a violência no Brasil (fechamento).

PROPOSTA 11 - O Estado Democrático de Direito e a necessidade de harmonia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

PROPOSTA 12 - Meio ambiente urbano: mortalidade na infância, saneamento básico e políticas públicas.

PROPOSTA 13 - Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: quais os caminhos?

PROPOSTA 14 - O avanço da ciência e os impactos positivos e negativos no meio ambiente.

PROPOSTA 15 - Valorização e uso racional da água como projeto socioambiental.

PROPOSTA 16 - A competente administração do patrimônio público como forma de aperfeiçoamento da gestão pública e da democracia.

PROPOSTA 17 - A necessidade de retomar a observância dos critérios de mérito (escrutínio dos talentos e conhecimentos dos candidatos por meio de concurso público, conforme norma constitucional) como fundamento de justiça no acesso aos postos e cargos dos órgãos públicos.

PROPOSTA 18 - A necessidade de combater, no caso de muitos profissionais informais ou terceirizados, a condição precária de trabalho. Em seu texto, trate da inobservância dos direitos trabalhistas e dos aspectos de cobertura previdenciária.

PROPOSTA 19 - A desigualdade social brasileira como agravante para a propagação da Covid-19.

Em seu texto, trate, necessariamente, dos seguintes tópicos:

- avanço dos casos de infectados e mortos no Brasil;
- relação entre desigualdade social e aumento do número de infectados e mortos;
- realidade da desigualdade social e do avanço da Covid-19 nas diferentes regiões brasileiras;
- medidas para mitigar o avanço da Covid-19 nas regiões mais carentes do Brasil.

PROPOSTA 20 - A necessidade de utilização responsável das mídias sociais no Brasil. Em seu texto, trate, necessariamente, dos seguintes tópicos:

- a) o crescimento nas mídias sociais no Brasil;
- b) informações verdadeiras “*versus*” “*fake news*”;
- c) consequências da utilização irresponsável das mídias sociais;
- d) soluções para utilização responsável das mídias sociais no Brasil.



**INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**
CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

Autoria: Professor Fernando Moura

Aula 2

Proibida a reprodução deste material sem a autorização do autor.

PARTE I – TEMAS IMPORTANTES

Caro (a) aluno (a),

Seguem alguns temas importantes para leitura e treino.

Tema	Consulta/fonte
1. A fronteira entre o discurso extremista e a liberdade de expressão.	https://jus.com.br/artigos/96569/a-fronteira-entre-o-discurso-extremista-e-a-liberdade-de-expressao
2. A vacina contra a Covid-19 como mínimo existencial no Brasil pandêmico.	https://jus.com.br/artigos/95451/a-vacina-da-covid-19-como-um-minimo-existencial-no-brasil-pandemico
3. Responsabilidade civil por danos ambientais: o Estado como devedor reserva.	https://jus.com.br/artigos/96940/responsabilidade-civil-por-danos-ambientais-o-estado-como-devedor-reserva
4. Os Juizados Especiais Federais e a era	https://jus.com.br/artigos/30663/os-juizados-especiais-federais-e-a-era-moderna-da-justica

moderna da Justiça	
5. A discriminação oculta no humor depreciativo e a violência de gênero.	https://jus.com.br/artigos/56712/a-discriminacao-oculta-no-humor-depreciativo-e-a-violencia-de-genero
6. ESCOLA QUE EMPODERA: UMA VIDA SEM VIOLÊNCIA PARA MENINAS E MULHERES SE FAZ COM EDUCAÇÃO.	https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/parceiros/artigos-1/escola-que-empodera-uma-vida-sem-violencia-para-meninas-e-mulheres-se-faz-com-educacao-por-aldenora-conceicao-de-macedo-professora-seedf.pdf
7. A proteção legal da imagem da criança.	https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/textos-e-artigos/a-protecao-legal-da-imagem-da-crianca/view
8. Direitos assegurados ao idoso.	https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/direito-constitucional/direitos-assegurados-ao-idoso

PARTE II - QUESTÃO DISCURSIVA

1. (FGV) Com o objetivo declarado de proteger a pessoa humana, foi promulgada, no Município Alfa, a Lei nº 123/2018, que estabeleceu certos limitadores a serem observados, em seu território, na veiculação de anúncios pagos com o fim de divulgação e comercialização de produtos nocivos à saúde. Sobre a hipótese, responda aos itens a seguir.

- 1) A Lei nº 123/2018 é compatível com a Constituição da República?
- 2) Há algum instrumento que permita submetê-la ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal?

PADRÃO DE RESPOSTA

Acerca da hipótese apresentada, pode-se afirmar que a Lei nº 123/2018 é inconstitucional. Isso porque compete privativamente à União legislar sobre propaganda comercial, nos termos do art. 22, inciso XXIX, da Constituição da República.

Dessa forma, pode-se submeter a Lei nº 123/2018 ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Esse controle ocorrerá por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do art. 1º, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 9.882/1999.

2. (FGV) Determinada sociedade de economia mista estadual, com vistas a adquirir bens necessários ao adequado funcionamento de seus serviços de informática, divulgou, após a devida fase preparatória, o instrumento convocatório, no qual indicou certa marca, que é comercializada por diversos fornecedores, por considerá-la a única capaz de atender ao objeto do contrato, tal como tecnicamente justificado nos autos do respectivo processo administrativo, certo que o edital adotou a sequência de fases prevista em lei. No curso do procedimento licitatório, a proposta apresentada pela sociedade Beta foi considerada a vencedora, mas os representantes de outra licitante, a sociedade Alfa, consideraram o julgamento equivocado e pretendem interpor recurso administrativo para impugná-lo antes da habilitação. Diante dessa situação hipotética, responda, fundamentadamente, aos questionamentos a seguir.

1) É válida a indicação de marca pela sociedade de economia mista em questão? Justifique.

2) É cabível a interposição do recurso administrativo pretendido pela sociedade Alfa? Justifique.

PADRÃO DE RESPOSTA

Preliminarmente, destaque-se que a indicação de marca é válida nas circunstâncias do caso proposto. A justificativa se baseia no fato de que, mesmo sendo comercializada por diversos fornecedores, é a única capaz de atender ao objeto do contrato, como tecnicamente demonstrado no processo administrativo pertinente, a enquadrar-se na regra do art. 47, inciso I, alínea b, da Lei nº 13.303/2016.

Ademais, não é cabível a interposição do recurso administrativo pretendido pela sociedade Alfa. Considerando se adotou a sequência de fases estabelecida na Lei nº 13.303/2016, observa-se que a fase recursal é única e posterior à habilitação, na forma do art. 59 da referida Lei.

PARTE III - ASPECTOS MICROESTRUTURAIS (modalidade culta)

Evite	Substitua por	Exemplo
1. A nível de (expressão inexistente)	Ao nível de (= paralelismo) Em nível de (= esfera, instância)	

2. A partir da análise dos dados (Use “a partir de” somente como valor temporal. Ex.: A partir do século XIX...)	Com base na análise dos dados, Com fundamento na lei,	
3. Sob o ponto de vista	Do ponto de vista ...	
4. Às custas de	À custa de, a expensas de	
5. Através da lei	Por meio da lei,	
6. Como sendo, sendo que (estruturas inexistentes)	Reescreva, refaça a conexão.	A internet tem o potencial de facilitar o consumo de pornografia infantil, sendo que espalha material por todo o planeta, e na América Latina ocorre grande parte da faceta mais sensível dessa conduta, favorecendo a existência de delitos sexuais.
7. Devido a, em função de	Em razão de, em virtude de, por causa de	
8. Enquanto (no sentido de “na qualidade de”)	Como, na qualidade de	
9. Face ao exposto	Em face do exposto,/ Ante o exposto,	
10. Via de regra	Por via de regra, em regra (preferir esta última)	
11. Ter que	A sociedade tem de exigir direitos. (Embora as duas formas estejam corretas, você evitará a repetição da palavra “que”.)	

12. Sendo assim	Dessa forma, / Desse modo,/ Destarte,/ Dessarte,	
13. Alfim,	Por fim,/ Finalmente,	
14. Já o princípio X	O princípio X, por sua vez, ...	
15. No sentido de	A fim de, com vista(s) a	
16. No século passado, onde	No século passado, quando	
17. Na Lei 8.112, de 1990, onde	Na Lei 8.112, de 1990, em que	
18. Ocorreu na França, na qual	Ocorreu na França, onde	
19. Vez que, inobstante (conectivos não registrados pelo VOLP)	Uma vez que (= causa) , não obstante (= concessão)	
20. etc.	e outros, e outras, entre outros, entre outras	
21. Dentre os princípios, está o da legalidade (Lembre-se: entre = no meio de; dentre = do meio de).	<i>Entre</i> os princípios, está o da legalidade. (certo) <i>Dentre</i> objetos, retiraram-se os que são cortantes. (certo)	
22. Está melhor estruturado	O plano está <i>mais bem</i> estruturado.	
23. Apesar do cidadão agir...	Apesar de o cidadão agir...	
24. Ao invés de punir, o administrador deve orientar.	Em vez de punir, o administrador deve orientar. (Use “Ao invés de” somente quando houver oposição de ideias).	

25. Empregue bem os mecanismos de coesão e coerência (atenção aos anafóricos, catafóricos e dêiticos).

26. Evite o emprego exaustivo de ideias, palavras ou expressões. Lembre-se de que repetir não é problema. A repetição desnecessária é que compromete a qualidade do texto.

27. Seja conciso. Evite pormenores desnecessários, acumulações e redundâncias.

28. Separe as diferentes ideias, em parágrafos distintos. Não as misture. Tome também o cuidado de não retalhar o seu texto em muitos parágrafos.

29. Não use abreviações do tipo : c/, p/, ñ/, s/, m/, q/, etc.

30. Não use "gírias".

31. Evite os estrangeirismos. Se necessários, registre-os entre aspas.

32. Evite os períodos longos. Tome sempre cuidado com a construção de cada um.

Cientistas sociais do mundo todo vêm se preocupando com a pena de morte, sendo que nos Estados Unidos, país que mais aplica essa alternativa, há estudos estatísticos relacionando os efeitos da pena de morte sobre os índices de homicídios em uma sociedade e, nesse caso, a inibição e a brutalização são as suas hipóteses de trabalho, pois, na primeira, querem verificar se o risco da execução induz os possíveis assassinos a desistirem do crime pelo receio do castigo; na segunda, se a convicção da condenação leva certas pessoas a considerá-la uma atraente alternativa ao suicídio.

Nova redação:

Cientistas sociais discutem a pena de morte. Nos Estados Unidos, país que mais aplica essa alternativa, há estudos estatísticos. Estes relacionam os efeitos da pena de morte sobre os índices de homicídios em uma sociedade. A inibição e a brutalização são as hipóteses de trabalho. Na primeira, querem verificar se o risco da execução induz os possíveis assassinos a desistirem do crime pelo receio do castigo. Na segunda, se a convicção da condenação leva certas pessoas a considerá-la uma atraente alternativa ao suicídio.

33. Verifique se as inserções de discursos alheios são oportunas e significativas.

34. Use palavras cujo significado domine completamente.

35. Evite traços de subjetividade: infelizmente, lamentavelmente, com certeza, nossa Constituição, nosso povo, minha opinião, indigna, inaceitável, absurda.

36. Cuide da modalidade escrita culta: ortografia, pontuação, acentuação gráfica, crase, colocação pronominal, concordância, regência, vícios de linguagem.

37. Evite a colisão: **dão, pão, Constituição, colocação, avião.**

38. Evite as rimas ou ecos: importante, judicante, alucinante.

39. Procure não repetir exaustivamente a palavra **que**. Isso caracteriza subordinação enfadonha.

Tem **que** existir o "**Dia do Índio**", **que** é comemorado no dia 19 de abril, que é o mês da libertação.. Algumas **tribos indígenas** que existem no Brasil apresentam programas que devem ser apoiados pela sociedade que vive no Brasil.

Nova redação:

Tem **de** haver o "**Dia do Índio**", comemorado em 19 de abril, mês da libertação. Algumas **tribos indígenas** existentes no Brasil apresentam programas que devem ser apoiados pela sociedade.

40. Empregue o gerúndio na medida certa e se dominar as relações de coordenação e de subordinação. Se não houver esse domínio, evite-o.

O assunto *software* livre não é novo no âmbito do Tribunal de Contas da União, já **tendo** sido ventilado em outros processos. A representante, a empresa Conectiva S/A, em outro requerimento protocolado em 7/3/2021, contesta de maneira mais genérica as aquisições de *software* realizadas pelo governo federal. Ela questiona a prática adotada pelas entidades da administração pública de adquirir o sistema operacional *Microsoft Windows* e o pacote de escritório *Microsoft Office* sem realização de procedimento licitatório, **utilizando** como base legal da compra a exclusividade de fornecedor prevista no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/1993. O citado requerimento recebeu o número de documento 34983942, **transformando-se** no processo TC 003.136/2001-0, ainda não julgado, que se encontra no Gabinete do Ministro Y, **aguardando** a resposta de um pedido de concessão de cópia solicitado pelo Ministério Público Federal.

Nova redação:

O assunto *software* livre não é novo no Tribunal de Contas da União. Outros processos já o discutiram. A representante, a empresa Conectiva S/A, em requerimento protocolado em 7/3/2001, contesta, de maneira mais genérica, as aquisições de *software* realizadas pelo governo federal. Ela questiona a prática adotada pelas entidades da administração pública de adquirir o sistema operacional *Microsoft Windows* e o pacote de escritório *Microsoft Office*, sem realização de procedimento licitatório. Essas entidades utilizam, como base legal da compra, a

exclusividade de fornecedor prevista no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93. O citado requerimento recebeu o número de documento 34983942 e transformou-se no processo TC 003.136/2001-0, ainda não julgado, que se encontra no Gabinete do Ministro Y. Aguarda a resposta de um pedido de concessão de cópia solicitado pelo Ministério Público Federal.

41. Prefira a voz ativa. Isso não quer dizer que a voz passiva analítica e a sintética estejam erradas. O segredo é não abusar.

“Os direitos **foram enumerados** pela Constituição.” (Voz passiva)

A Constituição enumerou os direitos. (Voz ativa: você diz o mesmo, com menos palavras.)

PARTE IV - TEMA COMENTADO: atenção ao fechamento-intervenção.

Leia o texto seguinte.

A violência doméstica contra mulheres é fenômeno que atinge milhares de mulheres no mundo, o que impacta a integridade e coloca em risco a vida delas. Dentro do leque de riscos e impactos existentes, o feminicídio é a ponta do *iceberg*, por seus efeitos devastadores. Alguns exemplos disso são as mortes provocadas por maridos que não aceitam a decisão de separação e os assassinatos fora do contexto da família em que há violência sexual seguida de morte. Embora a definição exceda a violência que ocorre no contexto familiar, esse é o ambiente mais comum de ocorrência dos feminicídios.

O número de feminicídios no DF ultrapassou índices alarmantes nos últimos anos, preocupa o poder público e a sociedade e, sobretudo, apavora as mulheres que convivem com a realidade da violência doméstica e familiar. O feminicídio chama a atenção ao denunciar a face mais cruel da violência doméstica contra a mulher: o fato de que o algoz é alguém que ela amou ou ama, que faz parte de sua vida íntima. O que os números sobre feminicídio revelam é que a mulher tem mais chances de ser agredida ou morta pelas pessoas que fazem parte de seu cotidiano do que por pessoas desconhecidas. Essa característica devastadora revela um aspecto que compõe a condição feminina em uma sociedade machista.

Priscila de Oliveira Parada – Psicóloga do NERAV, Lianne Carvalho de Oliveira – Assistente Social NERAV, e Tarciane Sousa Ramos – Assistente Social NERAV, TJDFT, 2018 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

FEMINICÍDIO: VIOLÊNCIA EXTREMA CONTRA A MULHER.

Ao elaborar seu texto, trate, necessariamente, dos seguintes aspectos:

- conceitue feminicídio e indique as circunstâncias legais que caracterizam esse tipo penal; [valor: 9,00 pontos]

- cite e caracterize três tipos de feminicídio; [valor: 10,00 pontos]
- apresente medidas e ações efetivas das forças públicas para o combate ao feminicídio no Brasil. [valor: 10,00 pontos]

PADRÃO DE RESPOSTA

O candidato deverá elaborar texto dissertativo completo (introdução, desenvolvimento e fechamento) e atender, necessariamente, aos tópicos solicitados.

Quanto ao primeiro tópico, espera-se que o candidato evidencie que as mortes de mulheres por questões de gênero, chamadas de feminicídio, estão presentes nos diferentes contextos sociais e são oriundas da cultura de dominação e desequilíbrio de poder existente entre o gênero masculino e o feminino, a qual, por sua vez, produz a inferiorização da condição feminina e resulta em violência extrema. As relações existentes sobre o gênero sofrem influências dos fatores culturais, econômicos, políticos e sociais que contribuem para a formação da identidade. Assim, o feminicídio é todo e qualquer ato de agressão derivado da dominação de gênero e cometido contra um indivíduo de sexo feminino, o que ocasiona sua morte. Nessa perspectiva, o assassinato de mulheres pode ser realizado por pessoas próximas das vítimas, como namorados, maridos e (ou) companheiros, outros membros da família ou por desconhecidos. **O feminicídio** é crime de ódio que atinge especificamente as mulheres devido à misoginia, ou ao sexismo, sentida pelo perpetrador do crime contra a vítima. A Lei nº 13.104, de 9/3/2015, categoriza as mortes de mulheres por motivos de gênero como feminicídio. Trata-se de tipo de homicídio qualificado, incluso no rol dos crimes hediondos, inafiançável e sem redução da pena (varia de 12 a 30 anos e aumenta caso o assassinato tenha sido cometido contra gestante ou nos três meses posteriores ao parto; contra menor de 14 anos; contra maior de 60 anos; contra pessoa portadora de deficiência; ou na presença de descendente ou ascendente da vítima).

Quanto ao segundo tópico, espera-se que o candidato cite e caracterize três tipos de feminicídio, entre os seguintes.

- Feminicídio íntimo: quando o autor do crime é o atual ou ex-companheiro da mulher com o qual a ela manteve algum tipo de relacionamento ou convivência conjugal, extraconjugal ou familiar, não se limitando às relações com vínculo matrimonial, mas estendendo-se aos conviventes, noivos, namorados e parceiros, além daqueles praticados por membro da família, como pai, padrasto, irmão ou primo.

- Feminicídio não íntimo: quando o autor do crime e a vítima mulher não possuíam qualquer ligação familiar, de convivência ou de relacionamentos. Incluem-se nessa categoria a morte provocada por clientes – em se tratando de trabalhadoras sexuais –, por amigos, vizinhos ou desconhecidos, assim como a morte ocorrida no contexto do tráfico de pessoas, sempre tendo o motivo sexual como fundamental para sua qualificação como feminicídio.

- Feminicídio por conexão: ocorre quando o homem tem por objetivo assassinar outra mulher, no entanto a vítima não era alvo e vem a ser assassinada por estar na hora errada e no lugar errado.

- Feminicídio familiar íntimo infantil: quando o agressor comete o crime contra menina menor de idade ou que não tenha capacidade mental, seja filha ou descendente até o quarto grau, irmã, adotada ou adotante ou com quem tenha alguma relação afetiva ou de cuidado.

- Feminicídio por roubo: é o que se comete a fim de roubar ou privar os bens da mulher.

- Feminicídio circunstancial: pratica-se sem que exista a intenção de matar, mas sua condição de varão favorece a utilização de meios para a privação da vida da mulher.

- Feminicídio por violência juvenil: dá-se em um contexto de disputas entre grupos associados em bandos ou outros.

- Feminicídio por vingança: ocorre com base em um ajuste de contas entre particulares.

- Feminicídio por orientação sexual: quando a privação da vida da mulher dá-se por sua preferência sexual.

- Feminicídio por ocupação estigmatizada: quando a privação dolosa da vida de uma mulher, cometida por um homem, dá-se pela ocupação ou pelo trabalho que a vítima desempenha, incluindo nesse critério aquelas que trabalham em bares e em centros noturnos, como bailarinas, garçones e trabalhadoras sexuais.

- Feminicídio relacionado com o narcotráfico: quando a privação da vida de uma mulher dá-se com base na comissão de outros delitos de foro federal, como o narcotráfico, a posse e o tráfico de drogas.

- Feminicídio sexual sistêmico desorganizado: está relacionado a circunstâncias em que o corpo da mulher é abandonado, em lugar público ou em lugar privado, com marcas de violência física em que são produzidas lesões infamantes ou em zonas genitais ou do corpo da mulher que evidenciam tratamento degradante, humilhante e destrutivo; quando se tenha cometido delito sexual antes ou posterior à privação da vida da mulher; quando se tenha construído cena delitiva degradante, humilhante e destrutiva na privação da vida da mulher que gere sua pós-vitimação.

Quanto ao terceiro tópico, espera-se que o candidato evidencie que ações efetivas no enfrentamento do feminicídio podem ser adotadas e decorrem de políticas públicas concretas para a promoção da igualdade de gênero e do respeito às diferenças e da geração do entendimento da não possibilidade de submissão de pessoas à objetivação por outras. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm

papel fundamental para que a balança social encontre equilíbrio, tanto em representatividade e igualdade como em justiça. O Estado pode e deve promover ações concretas para prevenir a violência doméstica contra mulheres e investir em estruturas que garantam à mulher o direito à proteção. Os números de ocorrência do feminicídio no Brasil demonstram a importância da garantia de medidas protetivas às vítimas nas delegacias de polícia (e especializadas) e da avaliação e aplicação de leis criteriosas pelo Poder Judiciário. Ressaltam a relevância da intervenção do Estado para garantir o direito à proteção e a necessidade de que as mulheres em situação de violência busquem ajuda e não enfrentem sozinhas essa realidade. Deve-se multiplicar, por exemplo, o número de núcleos de Assessoramento Psicossocial em Situações de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (NERAV), a fim de realizar atendimentos e elaborar pareceres técnicos como partes dos processos judiciais referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher. O acolhimento psicossocial realizado nos atendimentos especializados, que ocorre como intervenção breve e focal no ambiente da Justiça, permite às vítimas a percepção de que elas não estão sozinhas no enfrentamento daquela situação e aos autores a visão de que o Estado está presente.



**INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

Autoria: Professor Fernando Moura

Aula 3

Proibida a reprodução deste material sem a autorização do autor.

PARTE I - ASPECTOS MICROESTRUTURAIS/ continuação (modalidade culta)

12. Sendo assim	Dessa forma, / Desse modo,/ Destarte, / Dessarte,	
13. Alfim,	Por fim, / Finalmente,	
14. Já o princípio X	O princípio X, por sua vez, ...	
15. No sentido de	A fim de, com vista(s) a	
16. No século passado, onde	No século passado, quando	
17. Na Lei 8.112, de 1990, onde	Na Lei 8.112, de 1990, em que	
18. Ocorreu na França, na qual	Ocorreu na França, onde	
19. Vez que, inobstante (conectivos não registrados pelo VOLP)	Uma vez que (= causa) , não obstante (= concessão)	
20. etc.	e outros, e outras, entre outros, entre outras	
21. Dentre os princípios, está o da legalidade (Lembre-se: entre = no	<i>Entre</i> os princípios, está o da legalidade. (certo)	

meio de; dentre = do meio de).	<i>Dentre</i> objetos, retiraram-se os que são cortantes. (certo)	
22. Está melhor estruturado	O plano está <i>mais bem</i> estruturado.	
23. Apesar do cidadão agir...	Apesar de o cidadão agir...	
24. Ao invés de punir, o administrador deve orientar.	Em vez de punir, o administrador deve orientar. (Use “Ao invés de” somente quando houver oposição de ideias).	

PARTE II - ANÁLISE DE PROPOSTAS E TEXTOS

PROPOSTA 1

Desenvolva um texto dissertativo-argumentativo acerca do seguinte tema:

Doação de órgãos: obrigação ou solidariedade?

Em seu texto, trate, necessariamente, de aspectos relacionados à ética médica, à sociedade e à cultura brasileira nesse contexto.

A lei dos transplantes é boa em seu conjunto, mas erra ao estabelecer a doação presumida ou compulsória. Erra em relação à ética médica e à sociedade, além de atentar contra a cultura brasileira, alicerçada na solidariedade humana.

Obrigar o médico a retirar órgãos sem consentimento da família é desumano. A medicina tem como pilar principal a forte relação médico-paciente, que se estabelece entre parceiros, não entre adversários. É eticamente indefensável romper essa relação e usar como artifício o artigo de uma lei impositiva, seja ela qual for. Secularmente, a cultura médica impede que o médico realize qualquer procedimento sem o consentimento do próprio paciente ou de seus familiares. O Código de Ética Médica, além de garantir a relação de confiança entre paciente e médico, dá a este, no artigo 28, o direito de não executar ato que seja contrário aos ditames de sua consciência. Nenhuma lei pode subverter esse padrão ético. Existe o exemplo da França, onde há lei semelhante à brasileira, mas onde, até hoje, nenhuma equipe de transplantes retirou qualquer órgão sem a expressa aquiescência prévia do doador ou de sua família.

Não se pode falar, em defesa da lei, que faltam órgãos para transplantes. O que há é a falta de condições de conservação, de transporte, de centrais de transplantes ágeis, além de clara falta de confiança da população na política governamental de saúde. Os sucessivos governos que se estabeleceram após a Constituinte de 1988 têm demonstrado pouca preocupação até mesmo com as pessoas vivas. A prova disso é que, ano após ano, o orçamento para a saúde diminui, apesar das disposições constitucionais em contrário. Para que o panorama se modifique e haja número maior de doadores espontâneos, é necessário que o governo demonstre em atos que é merecedor da confiança dos cidadãos, em relação às questões de saúde.

Por fim, a doação presumida acaba com o direito do cidadão de exercer solidariedade com consciência. Vai de encontro ao desejo social de o cidadão afirmar espontaneamente que é doador, que é solidário. Melhor fará o legislador se colocar na lei que, nas carteiras de identidade, ou de motorista, o cidadão expresse seu desejo de ser doador, não de não o ser. Isso facilitará o trabalho das equipes de transplantes, que agirão em consonância com a ética, e dará a todos o direito de exercer sua solidariedade expressamente.

PROPOSTA 2

Leia o texto seguinte.

A violência doméstica contra mulheres é fenômeno que atinge milhares de mulheres no mundo, o que impacta a integridade e coloca em risco a vida delas. Dentro do leque de riscos e impactos existentes, o feminicídio é a ponta do *iceberg*, por seus efeitos devastadores. Alguns exemplos disso são as mortes provocadas por maridos que não aceitam a decisão de separação e os assassinatos fora do contexto da família em que há violência sexual seguida de morte. Embora a definição exceda a violência que ocorre no contexto familiar, esse é o ambiente mais comum de ocorrência dos feminicídios.

O número de feminicídios no DF ultrapassou índices alarmantes nos últimos anos, preocupa o poder público e a sociedade e, sobretudo, apavora as mulheres que convivem com a realidade da violência doméstica e familiar. O feminicídio chama a atenção ao denunciar a face mais cruel da violência doméstica contra a mulher: o fato de que o algoz é alguém que ela amou ou ama, que faz parte de sua vida íntima. O que os números sobre feminicídio revelam é que a mulher tem mais chances de ser agredida ou morta pelas pessoas que fazem parte de seu cotidiano do que por pessoas desconhecidas. Essa característica devastadora revela um aspecto que compõe a condição feminina em uma sociedade machista.

Priscila de Oliveira Parada – Psicóloga do NERAV, Lianne Carvalho de Oliveira – Assistente Social NERAV, e Tarciane Sousa Ramos – Assistente Social NERAV, TJDFT, 2018 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

FEMINICÍDIO: VIOLÊNCIA EXTREMA CONTRA A MULHER.

Ao elaborar seu texto, trate, necessariamente, dos seguintes aspectos:

- conceitue feminicídio e indique as circunstâncias legais que caracterizam esse tipo penal;
- cite e caracterize três tipos de feminicídio;
- apresente medidas e ações efetivas das forças públicas para o combate ao feminicídio no Brasil.

PADRÃO DE RESPOSTA

Quanto ao terceiro tópico, espera-se que o candidato evidencie que ações efetivas no enfrentamento do feminicídio podem ser adotadas e decorrem de políticas públicas concretas para a promoção da igualdade de gênero e do respeito às diferenças e da geração do entendimento da não possibilidade de submissão de pessoas à objetivação por outras. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm papel fundamental para que a balança social encontre equilíbrio, tanto em representatividade e igualdade como em justiça. O Estado pode e deve promover ações concretas para prevenir a violência doméstica contra mulheres e investir em estruturas que garantam à mulher o direito à proteção. Os números de ocorrência do feminicídio no Brasil demonstram a importância da garantia de medidas protetivas às vítimas nas delegacias de polícia (e especializadas) e da avaliação e aplicação de leis criteriosas pelo Poder Judiciário. Ressaltam a relevância da intervenção do Estado para garantir o direito à proteção e a necessidade de que as mulheres em situação de violência busquem ajuda e não enfrentem sozinhas essa realidade. Deve-se multiplicar, por exemplo, o número de núcleos de Assessoramento Psicossocial em Situações de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (NERAV), a fim de realizar atendimentos e elaborar pareceres técnicos como partes dos processos judiciais referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher. O acolhimento psicossocial realizado nos atendimentos especializados, que ocorre como intervenção breve e focal no ambiente da Justiça, permite às vítimas a percepção de que elas não estão sozinhas no enfrentamento daquela situação e aos autores a visão de que o Estado está presente.



INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

Excelência no ensino da Língua Portuguesa

www.proffernandomoura.com.br

PROFESSOR FERNANDO MOURA

AULA 4

Analisemos, inicialmente, duas propostas recentes da FGV.

1. (TJAL) José foi denunciado pela prática de um crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, na forma do Art. 155, §4º, inciso I, do Código Penal (pena: 2 a 8 anos de reclusão e multa), pois teria ingressado em um imóvel e subtraído uma televisão avaliada em R\$ 4.000,00. Todavia, já do lado de fora da casa, foi surpreendido por policiais militares, que realizaram sua prisão em flagrante. Após a denúncia, José, que havia obtido liberdade provisória, não foi localizado em sua residência para ser citado, mas, como cumpria medidas cautelares alternativas, tinha conhecimento do processo e compareceu a todos os atos processuais, além de apresentar defesa. Durante a instrução, em termos de documentação, foram juntados apenas o laudo de avaliação da TV subtraída e a folha de antecedentes criminais a demonstrar que José era reincidente específico na prática de crimes de furto. Em audiência de instrução e julgamento, foram ouvidas a vítima e as testemunhas, todos confirmando que José foi visto após sair do imóvel na posse da televisão subtraída, destacando, ainda, que não sabem como ele ingressou no local, mas que acreditam que tenha sido arrombada a porta porque viram que a fechadura estava com uma falha não antes percebida. José, por sua vez, confessa os fatos, confirmando a subtração do bem, mas nada esclarece sobre a forma de ingresso na residência. Após alegações finais orais, o juiz proferiu sentença, constando o seguinte da fundamentação: “Inicialmente, **não há que se falar em nulidade pela ausência de citação do réu**, tendo em vista que esse compareceu em juízo em todos os atos processuais, demonstrando ter conhecimento da ação penal proposta contra si. Passo a analisar o mérito. **Prova da materialidade e da autoria demonstradas a partir das declarações da vítima, das testemunhas e do interrogatório do réu**, que confirmaram que José ingressou na residência e subtraiu coisa alheia móvel, somente sendo preso quando já do lado de fora do imóvel, ainda na posse do bem subtraído. Não havendo causas de exclusão da ilicitude e sendo o réu culpável, a pretensão punitiva do estado deve ser julgada procedente. Passo à aplicação da pena. Considerando as circunstâncias do Art. 59 do Código Penal, **a pena base deve ser fixada no mínimo legal. Na segunda fase, presente a agravante da reincidência e ausentes atenuantes,**

a pena intermediária deve ser assentada em 2 anos e 4 meses de reclusão e 12 dias-multa. Não há causas de aumento ou de diminuição de pena a serem reconhecidas. Diante da pena final de 2 anos e 4 meses de reclusão, inferior, então, a 4 anos, substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos. Deixo de fixar o regime inicial de cumprimento da pena em razão da substituição realizada na forma do Art. 44 do Código Penal ... ”.

Considerando a situação narrada, analise as questões processuais e materiais tratadas na sentença, avaliando: a) a alegação de nulidade; b) a prova da materialidade do crime de furto qualificado; c) os aspectos relacionados à fixação da pena e forma de seu cumprimento.

2. (TJRO) As descentralizações de créditos orçamentários são parte do processo de execução da despesa orçamentária e ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento. Trata-se de um mecanismo largamente utilizado em estruturas administrativas capilarizadas para facilitar a execução de programas de forma integrada e o controle da aplicação dos recursos públicos. Considerando as especificidades do processo de execução orçamentária da despesa, elabore um texto em que constem os seguintes pontos:

- a) os tipos de descentralização e movimentação de créditos e recursos financeiros;
- b) as regras para execução de descentralização de créditos;
- c) exemplos de realização de uma descentralização interna e uma descentralização externa no âmbito de um Tribunal de Justiça.

Valor: 15 pontos

Máximo de 30 linhas

Analista Judiciário - Administrador Questão Discursiva

- a. Os tipos de descentralização e movimentação de créditos e recursos financeiros (2,5 pontos para cada tipo) - 0.00 – 5.00
- b. As regras para realização de descentralização de créditos – (2,5 pontos para cada regra) - 0.00 – 5.00
- c. Exemplos de descentralização interna e externa no âmbito de um Tribunal de Justiça (2,0 pontos por cada exemplo) - 0.00 – 4.00

Abordagem geral:

Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição - 0.00 – 1.00

Nota máxima da Questão Discursiva 15

PROPOSTAS COMENTADAS

1. (FGV) Breno, 19 anos, no dia 03 de novembro de 2017, quando estava em uma festa em que era proibida a entrada de menores de 18 anos, conheceu Carlos. Após ingerirem grande quantidade de bebida alcoólica, Breno conta para Carlos que estava

portando uma arma de fogo e que tinha a intenção de subtrair o dinheiro da loja de conveniência de um posto de gasolina. Carlos concorda, de imediato, com o plano delitivo, desde que ficasse com metade dos bens subtraídos. A dupla, então, comparece ao local, anuncia o assalto para o único funcionário presente e, no exato momento em que abriam o caixa onde era guardado o dinheiro, são abordados por policiais militares, que encaminham a dupla para a Delegacia. Em sede policial, foi constatado que Carlos era adolescente de 16 anos e que tinha se valido de documento falso para ingressar na festa em que conheceu Breno. A arma de fogo foi apreendida e devidamente periciada, sendo identificado que estava municiada e que era capaz de efetuar disparos. Houve, ainda, a juntada da Folha de Antecedentes Criminais de Breno, onde constava a existência de 03 inquéritos policiais em que figurava como indiciado em investigações relacionadas a crimes patrimoniais, além de 05 ações penais em curso, duas delas com condenações de primeira instância, pela suposta prática de crimes de roubo majorado, em nenhuma havendo trânsito em julgado. Antes do oferecimento da denúncia, o Ministério Público solicitou que fossem realizadas diligências destinadas à obtenção da filmagem do estabelecimento onde os fatos teriam ocorrido, razão pela qual houve relaxamento da prisão de Breno. Após conclusão das diligências, sendo acostado ao procedimento a filmagem que confirmava a autoria delitiva de Breno, em 05 de junho de 2019, Breno foi denunciado pelo Ministério Público, perante a 1ª Vara Criminal da Comarca de Florianópolis/SC, órgão competente, como incurso nas sanções penais do Artigo 157, § 2º, inciso II e § 2º-A, inciso I, do Código Penal e do Art. 244-B da Lei no 8.069/90, na forma do Art. 70 do Código Penal. Após regular processamento, durante audiência de instrução e julgamento, o magistrado optou por perguntar diretamente para as testemunhas de acusação e defesa, não oportunizando manifestação das partes, tendo a defesa demonstrado seu inconformismo com a conduta. A vítima confirmou os fatos narrados na denúncia, destacando que ficou muito assustada porque Breno e Carlos eram muito altos e fortes, parecendo jovens de aproximadamente 25 anos de idade, além de destacar que havia cerca de R\$ 5.000,00 no caixa do estabelecimento que seriam subtraídos se não houvesse a intervenção policial. O réu, em seu interrogatório, permaneceu em silêncio. Após apresentação de manifestação derradeira pelas partes, foi **proferida sentença condenatória** nos termos da denúncia, conforme requerido pelo Ministério Público. Na primeira fase, fixou o magistrado a pena base dos crimes de roubo e corrupção de menores acima do mínimo legal, em razão da personalidade do réu, que seria voltada para prática de crimes, conforme indicaria sua folha de antecedentes criminais, restando a pena do roubo em 4 anos e 06 meses de reclusão e 12 dias multa e da corrupção em 01 ano e 02 meses de reclusão. Na segunda fase, não foram reconhecidas agravantes e nem atenuantes. Na terceira fase, a pena base do crime de corrupção de menores foi confirmada como definitiva, enquanto a pena de roubo foi aumentada em 2/3, em razão do emprego de arma de fogo, diante das previsões da Lei nº 13.654/18, restando a pena definitiva do roubo em 07 anos e 06 meses de reclusão e 20 dias multa, já que não foram reconhecidas causas de diminuição de pena. O regime inicial fixado foi o fechado, em razão da pena final de 8 anos e 8 meses de reclusão e 20 dias multa (Art. 70, parágrafo único, CP). O Ministério Público, intimado da sentença, manteve-se inerte.

Considerando a situação narrada, analise as questões processuais e materiais tratadas na sentença.

Inicialmente, deve-se caracterizar a nulidade desde a audiência de instrução e julgamento e, conseqüentemente, da sentença condenatória, tendo em vista que não houve respeito ao Código de Processo Penal. Desde a reforma referente ao procedimento comum ordinário, as perguntas às testemunhas devem ser realizadas diretamente pelas partes, podendo o magistrado complementá-las, se houver ponto não esclarecido, o que não ocorreu. A conduta do juiz representa cerceamento de defesa e violação do princípio da ampla defesa, disciplinado no art. 5º, inciso LV, da CRFB.

Em seguida, no que tange ao crime de corrupção de menores, deve-se exigir a absolvição por atipicidade da conduta, nos termos do art. 386, inciso III, do CPP, pois claramente o agente não tinha conhecimento sobre a idade de Carlos. Dessa forma, Breno não tinha conhecimento sobre a elementar do crime referente à idade, o que caracteriza erro de tipo e afasta, então, o dolo e a culpa.

Nesse aspecto, deve haver a redução da pena base dos crimes de roubo e corrupção para o mínimo legal, porque inquéritos policiais e ações penais em curso não podem justificar o reconhecimento de qualquer circunstância desfavorável do art. 59 do CP, nos termos da Súmula 444 do STJ. Não se trata, nesse momento, de afirmar apenas que não haveria maus antecedentes, já que nem mesmo o juiz reconheceu essa circunstância. Aumentou o magistrado a pena base em razão de suposta personalidade voltada para a prática do crime. Todavia, além de questionável a constitucionalidade dessa circunstância, entendem os Tribunais Superiores que a valoração negativa da personalidade, com base em ações em curso, representaria violação indireta do princípio da não culpabilidade.

Na segunda fase, deve-se reconhecer a atenuante da menoridade relativa, já que o réu era menor de 21 anos na data dos fatos, nos termos do CP. Na terceira fase, em relação ao crime de roubo, questão importante deve ser reconhecida. Está claro que o crime teria ocorrido no ano de 2017. Apenas no ano de 2018, foi editada a Lei nº 13.654, que tornou mais severa a punição do crime de roubo praticado com emprego de arma de fogo. Especificamente em relação ao emprego de arma de fogo (diferente do que ocorreu com a arma branca), houve aplicação de nova lei. Antes, o agente que praticasse crime de roubo com arma de fogo poderia ter sua pena aumentada de 1/3 até 1/2. Atualmente, o aumento é de 2/3. Na situação apreciada, com base nas informações expostas, de fato está presente a causa de aumento do emprego de arma de fogo, inclusive havendo laudo indicador de que a arma estava municiada e tinha potencial ofensivo. Todavia, o magistrado aumentou a pena de 2/3, embora o crime tenha sido praticado antes da entrada em vigor da nova lei. Dessa forma, considerando que o art. 5º, inciso XL, da CRFB, prevê a irretroatividade da lei penal mais gravosa, deveria haver redução em relação ao aumento operado na terceira fase pela presença da majorante. Importante esclarecer que ainda que considerada a previsão anterior e a presença de duas causas de aumento (arma e concurso de pessoas), o aumento máximo permitido (metade da pena) seria inferior ao realizado pelo magistrado.

Por fim, em relação à terceira fase, deve-se reduzir a pena em razão da tentativa, porquanto a infração não restou consumada, não tendo ocorrido inversão da posse dos bens

que se pretendia subtrair como exige a Súmula 582 do STJ, na forma do Art. 14, inciso II, do CP. O regime de pena também deve ser abrandado, não só porque a pena base deve retornar ao mínimo, mas também em razão do seu “quantum” final. Pode haver a aplicação do regime aberto ou semiaberto, a depender do “quantum” de pena aplicado.

2. (FGV) Servidores públicos de três categorias, a saber, professores, policiais civis e policiais militares do Estado Alfa, decidiram entrar em greve a partir do dia primeiro do próximo mês. Alegam os agentes públicos sucateamento de suas respectivas carreiras (por falta de condições materiais e de pessoal adequadas para exercício de suas funções legais) e defasagem de seus vencimentos, que não são objeto de recomposição da inflação há cinco anos, de maneira que a norma constitucional que assegura a revisão geral anual de suas remunerações vem sendo inobservada pelo Estado Alfa. Diante da situação hipotética narrada, com base na legislação sobre a matéria e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, elabore um texto dissertativo, abordando os seguintes pontos:

1. A Constituição da República de 1988 e a legislação infraconstitucional preveem o direito de greve ao servidor público de forma geral? No caso concreto, os servidores das três categorias mencionadas podem exercer o direito de greve? **(0.00 - 5.00)**

2. Se houver greve, a Administração Pública do Estado Alfa deve proceder ao desconto dos dias de paralisação? Seria permitida a compensação pelos dias não trabalhados em caso de acordo? **(0.00 - 3.00)**

3. É obrigatória a participação do poder público em mediação no caso concreto em relação aos policiais civis e militares? **(0.00 - 1.00)**

4. O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, previstos no inciso X do Art. 37 da CFRB/1988, gera direito subjetivo à indenização? **(0.00 - 2.00)**

5. O Poder Judiciário possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação do projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos? E para fixar diretamente o respectivo índice de correção? **(0.00 - 3.00)**

Máximo de 30 linhas

PADRÃO DE RESPOSTA (e ajustes devidos)

A Constituição da República de 1988 prevê o direito de greve aos servidores públicos de forma geral, que será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica. Como até hoje não foi editada tal lei, o STF determina que se aplique a lei geral de greve. No caso concreto, esta regra geral se aplica apenas aos professores estaduais. A Polícia Militar não pode realizar greve por expressa vedação constitucional. Igualmente, a Polícia Civil também não pode realizar greve, conforme decisão do STF.

Caso haja greve, de acordo com o STF, a Administração Pública do Estado Alfa deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, sendo que o desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a

greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público. É permitida a compensação em caso de acordo.

Embora não haja direito de greve para essas categorias, de acordo com o STF, é obrigatória a participação do Poder Público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do art. 165 do CPC, para vocalização dos interesses da categoria.

O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, previsto no inciso X do art. 37 da CRFB/1988, não gera direito subjetivo à indenização. Por outro lado, deve o Poder Executivo pronunciar-se de forma fundamentada acerca das razões pelas quais não propôs a revisão, conforme entendimento do STF em repercussão geral.

Por derradeiro, o Poder Judiciário não possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, nem para fixar diretamente o respectivo índice de correção, de maneira a se respeitar a separação dos poderes, conforme entendimento do STF em repercussão geral.